

# OURINVEST SECURITIZADORA S/A - CNPJ/MF nº 12.320.349/0001-90

## RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

**1 - Contexto Econômico e Setorial:** Se tivermos de definir aquele que foi o principal tema econômico tratado em 2021, sem dúvida a inflação pode ser considerado o assunto de destaque. Apesar da crise ser mundial, ainda como reflexo da crise sanitária do COVID-19, podemos considerar que há muito tempo o Brasil não passava por um quadro inflacionário tão longo e que aumentou os custos de produção ao mesmo tempo em que depreciou o poder de compra das famílias. Como estratégia de contenção inflacionária, o Banco Central utilizou instrumentos de política monetária e elevou a taxa de juros básica que chegou a superar de 9,25% ao ano. Se considerarmos que o ano se iniciou com a SELIC posicionada em 2,00% ao ano, tivemos um intenso ciclo de subida em um intervalo curto de tempo. O que dificultou e continuava trazendo dificuldades de gestão da moeda e da taxa de juros é o fato de que o Banco Central não está podendo contar com o apoio da apreciação cambial, ficando todo o custo do ajuste depositado sobre a política monetária. Este panorama de inflação alta e taxas de juros ascendentes é uma realidade global que deve perdurar pelo menos ao longo do ano de 2022, o que é uma desvantagem para o Brasil e demais países emergentes, que precisam estar voltados ao comércio externo aproveitando as vantagens competitivas trazidas por uma taxa de câmbio depreciada. No segundo semestre de 2021, o debate político em cima do teto de gastos públicos gerou um elevado grau de incertezas, contribuindo para que o câmbio permanesse desvalorizado. A disposição do governo em promover gastos sem comprovação do domínio o cenário das discussões de forma que acabou passando despercebida a recuperação dos níveis de arrecadação e do superávit primário como razão do PIB. A tendência para 2022 é que se aprofundem os gastos públicos, tendo em vista estarmos em ano de eleição. A expectativa de observa-

ção de um cenário de gastos mais elevados deixa o mercado em alerta. Somadas a estas expectativas temos uma taxa SELIC com previsão de chegar ao nível de 11,75% ao ano e a manutenção de um quadro inflacionário, menor que em 2021, mas ainda assim deslocado da meta do Banco Central. Todo este conjunto de elementos econômicos projeta para 2022 um crescimento pávido de até 1,0% para o PIB. O mercado imobiliário brasileiro fechou o ano de 2021 com uma projeção de crescimento de 12% em relação a 2020. Mesmo com a queda da atividade econômica e dos rearranjos de negócios, as vendas e os lançamentos mantiveram tendência de alta. A atividade imobiliária como um todo foi um dos setores que para o ano encerrado contribuiu positivamente para que a depreciação econômica não fosse tão acentuada. Como sempre, os imóveis se apresentaram como uma espécie de porto seguro para os investidores que quiseram fugir da volatilidade do mercado de ações e das aplicações de renda fixa que, devido às altas taxas de inflação, muitas vezes apresentaram ganhos negativos. Um fator novo que contribuiu para que o mercado de imóveis permanesse aquecido, foi a requalificação das moradias, tendo em vista que as restrições para aglomerações, eventos sociais e locais públicos, deixaram as pessoas mais em casa, trazendo uma valorização maior para estes espaços. O mercado imobiliário deve se manter aquecido em 2022. Não se sabe ainda com muita clareza qual será o impacto da subida das taxas de juros para os compradores de imóveis, porém, acredita-se que qualquer desaquecimento tende a ser compensado com a busca de imóveis para investimentos. Principalmente se considerarmos que um aumento dos custos de financiamento tem uma tendência a movimentar mais o mercado de locações atraindo investidores para a compra de unidades menores a serem direcionadas para o aluguel. Em 2021 a CVM criou uma Su-

perintendência específica para acompanhar o mercado de securitização bem como editou a Resolução CVM 60 que se tornou o marco regulatório do setor. Estes avanços promovidos pelo poder público sob um reconhecimento prático de que a atividade de securitização cresceu e aumentou a sua importância junto a economia nacional, seja fomentando o financiamento produtivo ou ainda a aquisição de unidades residenciais e comerciais. O incremento da regulamentação torna o mercado mais profissional e obriga os participantes a melhorarem suas atividades em termos de atendimento, possibilitando a atração de novos investidores e assim criando um ciclo virtuoso de desenvolvimento. Todos ganham neste cenário, principalmente as incorporadoras que podem contar com opções de financiamento mais customizadas e que em muitos casos conseguem atender melhor as necessidades financeiras se compararmos com a opção do crédito bancário. O setor de agronegócios está fechando as suas contas de 2021, porém, já se sabe que até outubro o valor de US\$ 102,4 bilhões em exportações já superava o recorde anterior para o mesmo período no ano de 2018. Bons resultados para o ano como um todo são esperados apesar das dificuldades que os produtores encontram devido principalmente a escassez e ao preço elevado dos insumos, especialmente defensivos e adubos. Questões logísticas trouxeram problemas adicionais já que em decorrência da pandemia muitos países se reorganizaram para atendimento do mercado interno em detrimento das exportações. Apesar dos bons resultados é importante destacar que o volume de produção caiu, principalmente em algumas culturas como algodão, café e cana de açúcar. Apesar disso, a elevação dos preços vai compensar a queda do volume produzido e promovendo a manutenção total das receitas. Não se pode deixar de mencionar que o ano de 2021 foi o ano de lançamento da regula-

ção do FIAGRO. Este foi outro marco do mercado de capitais brasileiro, pois além de estabelecer instrumentos de captação para um setor altamente importante para o país, temos a possibilidade de ainda se enquadrar investidores de poderem participar de negócios agrários. O ano de 2021 se encerrou com 31 fundos registrados e emissões que atingem R\$ 7,5 bilhões através do FIAGRO. A expectativa é que até o meio de 2022 sejam estes números suba para R\$ 10 bilhões. O produto é visto com otimismo pelo governo e pelo mercado de uma forma geral, porém, há ainda muito trabalho a ser feito no sentido de conquistar mais investidores, tendo em vista que o desempenho dos fundos ficou aquém das expectativas das gestoras. **2 - Resumo da Companhia:** Em termos de indicadores financeiros da Companhia, a receita líquida do ano de 2021 totalizou R\$ 10.228 milhões. Já as despesas acumuladas para o mesmo período somam R\$ 3.564 milhões, demonstrando equilíbrio operacional e boa margem bruta. Se compararmos com a receita líquida de 2020 no valor de R\$ 6.888 milhões e com as despesas operacionais em R\$ 3.463 milhões, constatamos que as receitas aumentaram cerca de 48,5% assim como as despesas subiram 3,0%, demonstrando que a geração de mais receitas não exigiu gastos adicionais relevantes. Não há endividamento financeiro pela posição estratégica adotada pelos sócios em não haver dependência de capital de terceiros para manter o desenvolvimento do plano de negócios da Companhia. Os ativos fiduciários totalizaram R\$ 1.744 milhões, sem ocorrência de eventos de inadimplência em suas séries. A Companhia inicia o ano de 2022 com um orçamento de crescimento, considerando em linha com as expectativas positivas para o mercado imobiliário e agrícola. A austeridade de gastos deve se manter enquanto perdurar a crise sanitária, porém, sem a expectativa de redução da atual estrutura.

ATIVO	Nota	2021	2020
<b>Circulante</b>			
Caixas e equivalentes de caixa	5	2.249	5.424
Outras contas a receber	6	8	3
Tributos a recuperar	7	245	228
		<b>2.502</b>	<b>5.655</b>
<b>Não circulante</b>			
Imobilizado	8	229	277
Intangível	9	1	2
Direitos de uso em arrendamentos	10	253	622
		<b>483</b>	<b>901</b>
<b>Total do ativo</b>		<b>2.985</b>	<b>6.556</b>

PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO	Nota	2021	2020
<b>Circulante</b>			
Contas a pagar	12	943	2.016
Obrigações tributárias	13	196	15
Pessoal, encargos e benefícios sociais	14	153	155
Arrendamentos a pagar	11	253	419
		<b>1.545</b>	<b>2.605</b>
<b>Não circulante</b>			
Arrendamentos a pagar	11	-	203
Partes relacionadas	22.2	3	-
		<b>3</b>	<b>203</b>
<b>Patrimônio líquido</b>			
Capital social	15.1	827	827
Reserva de lucros	15.2	610	2.921
		<b>1.437</b>	<b>3.748</b>
<b>Total do passivo e do patrimônio líquido</b>		<b>2.985</b>	<b>6.556</b>

	Nota	2021	2020
Receita operacional líquida	18	10.228	6.888
<b>Lucro operacional bruto</b>		<b>10.228</b>	<b>6.888</b>
<b>Receitas/(despesas) operacionais</b>			
Despesas gerais e administrativas	19	(3.564)	(3.463)
Resultado financeiro líquido		<b>109</b>	<b>160</b>
		<b>(3.455)</b>	<b>(3.303)</b>
<b>Resultado antes do Imposto de Renda e da Contribuição Social</b>		<b>6.773</b>	<b>3.585</b>
Imposto de renda e contribuição social sobre o lucro	20	(1.988)	(629)
<b>Lucro líquido do exercício</b>		<b>4.785</b>	<b>2.756</b>
Quantidades total de ações		827	827
Lucro por ação do capital social no exercício - R\$		5,79	3,33

	2021	2020
<b>Fluxo de caixa das atividades operacionais</b>	<b>6.773</b>	<b>3.585</b>
Resultado do exercício antes do Imposto de Renda e da Contribuição Social		
<b>Ajustes para reconciliar o resultado ao caixa gerado pelas atividades operacionais</b>		
Depreciação e amortização	375	454
<b>Decréscimo/(acréscimo) nas contas de ativo</b>		
Tributos a recuperar	(17)	1.212
Contas a receber	(5)	(7)
<b>Acréscimo/(decrescimento) nas contas de passivo</b>		
Contas a pagar	(1.073)	1.009
Obrigações tributárias	181	(2.253)
Pessoal, encargos e benefícios sociais	(2)	(9)
Arrendamentos a pagar	(369)	(294)
Partes relacionadas	3	-
<b>Caixa líquido proveniente das atividades operacionais</b>	<b>5.866</b>	<b>3.731</b>
Imposto de renda e contribuição social	(1.988)	(629)
<b>Caixa líquido proveniente das atividades operacionais</b>	<b>3.878</b>	<b>2.902</b>
<b>Fluxo de caixa das atividades de investimento</b>		
Aquisições de imobilizado e intangível	-	(68)
Direitos de uso em arrendamentos	43	(113)
<b>Caixa líquido proveniente das / (aplicado nas) atividades de investimento</b>	<b>43</b>	<b>(181)</b>
<b>Fluxo de caixa das atividades de financiamento</b>		
Dividendos propostos / pagos	(7.096)	(6.357)
<b>Caixa líquido aplicado nas atividades de financiamento</b>	<b>(7.096)</b>	<b>(6.357)</b>
<b>Redução caixa e equivalentes de caixa</b>	<b>(3.175)</b>	<b>(3.636)</b>
<b>Caixa e equivalentes de caixa</b>	<b>5.424</b>	<b>9.060</b>
No início do exercício	2.249	5.424
No final do exercício	<b>(3.175)</b>	<b>(3.636)</b>

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

### Notas explicativas da Administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2021 e de 2020 (Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

**1. Contexto operacional: A Ourinvest Securitizadora S.A. ("Companhia" ou "Securitizadora")** é uma sociedade securitizadora de direitos creditórios do agronegócio e direitos creditórios imobiliários dedicada à aquisição, securitização, emissão, negociação e prestação de serviços relacionados a direitos creditórios do agronegócio e imobiliários passíveis de securitização. Constituída em 30 de junho de 2010, sob a forma de Sociedade limitada com nome de ARP Participações Ltda. em Ata de Reunião dos Sócios realizada em 05 de agosto de 2010, foi transformada em Sociedade por ações, com prazo de duração indeterminado e teve sua razão social alterada para Brasil Agrosoc Companhia Securitizadora. Em AGE de 22 de janeiro de 2016 a denominação social foi alterada para **Ourinvest Securitizadora S.A.** A Companhia tem por objeto social: **a)** Aquisição e securitização de direitos creditórios imobiliários e do agronegócio, nos termos da Lei nº 11.076/04, e suas eventuais alterações posteriores com a consequente emissão de colação dos Certificados Recebíveis Imobiliários (CRIs) e do Agronegócio (CRAs) correspondentes no mercado financeiro e de capitais; **b)** A realização de quaisquer atividades compatíveis com seu objeto, relativamente a tais direitos creditórios, a incluir, sem limitação, a Administração, alienação e a recuperação dos direitos creditórios por ela adquiridos; **c)** A realização de operações de *hedge* em mercados derivativos, visando à cobertura de riscos de sua carteira de direitos creditórios e créditos do agronegócio. Após a alteração de seu objeto social com a inclusão das atividades de securitização imobiliária, bem como outras soluções administrativas a Companhia já demonstra a retomada de seus lucros e a rentabilidade. **Impactos do COVID-19 (Coronavírus) nos negócios da Companhia:** Desde o final de fevereiro de 2020, o mundo vem passando por um surto da doença chamada COVID-19 (Coronavírus), classificada como pandemia pela Organização Mundial de Saúde - OMS. A Companhia está acompanhando os possíveis impactos em seus negócios e tem trabalhado com a implementação de planos de contingências para manter a continuidade das atividades operacionais em uma situação de normalidade. Adicionalmente, a Companhia considera que os impactos da pandemia estão adequadamente gerenciados até o momento, sem impactos financeiros significativos aos negócios. **2. Base para elaboração e apresentação das demonstrações financeiras: 2.1. Autorização:** A autorização para emissão das demonstrações financeiras foi concedida pela Diretoria da Companhia em 31 de janeiro de 2020. **2.2. Declaração de conformidade:** As demonstrações financeiras foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, as quais abrangem a legislação societária, os pronunciamentos, as orientações e as interpretações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis e as normas emitidas pela Comissão de Valores Mobiliários (CVM). **Base de mensuração** - as demonstrações financeiras foram preparadas com base no custo histórico, com exceção dos instrumentos financeiros mensurados pelo valor justo por meio do resultado. **Moeda funcional e moeda de apresentação** - estas informações são apresentadas em Real (R\$), que é a moeda funcional da Securitizadora. **Uso de estimativas e julgamentos** - as demonstrações financeiras foram preparadas de acordo com as normas do CPC, as quais exigem que a Administração faça julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação de políticas contábeis e os valores reportados de ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados efetivos podem divergir dessas estimativas. As estimativas e premissas, quando necessário, são revistas de uma maneira contínua. Revisões com relação a estimativas contábeis são reconhecidas no próprio período em quaisquer períodos futuros afetados. As demonstrações financeiras foram elaboradas no pressuposto da continuidade dos negócios da Securitizadora.

demonstrações financeiras, em conformidade com as instruções contidas no CPC 03 - Demonstrações dos fluxos de caixa. **3.11. Demonstração do Valor Adicionado (DVA):** A legislação societária brasileira requer a apresentação da Demonstração do Valor Adicionado (DVA) como parte do conjunto das demonstrações financeiras apresentadas pela Companhia. Esta demonstração tem por finalidade evidenciar a riqueza criada pela Companhia e sua distribuição durante os exercícios apresentados. A DVA foi preparada segundo as disposições contidas no CPC 09 - Demonstração do Valor Adicionado (DVA) e com base em informações obtidas dos registros contábeis da Companhia, que servem como base de preparação das demonstrações financeiras. **3.12. Resultado por ação:** Calculado de acordo com o CPC 41, o resultado básico por ação é obtido dividindo-se o resultado do exercício atribuído aos acionistas da Companhia pela média ponderada da quantidade de ações. **4. Adoção de novos pronunciamentos, alterações e interpretações de pronunciamentos emitidos pelo IASB e CPC. Normas e interpretações novas e revisadas já emitidas e ainda não vigentes:** A Companhia não adotou antecipadamente as IFRSs novas e revisadas a seguir, já emitidas e ainda não vigentes:

Pronunciamento	Descrição	Aplicável a períodos anuais com início em ou após
Alterações à IAS 1	Classificação de Passivos como circulantes ou Não Circulantes	01/01/2023
Alterações à IFRS 3	Referência à Estrutura Conceitual	01/01/2022
Alterações à IAS 16	Imobilizado-Recursos	01/01/2022
Alterações à IAS 37	Antes do Uso Pretendido	01/01/2022
Melhorias Anuais ao Ciclo de IFRSs 2018-2020	Alterações à IFRS 1 - Adoção Inicial das Normas Internacionais de Contabilidade, IFRS 9 - Instrumentos Financeiros e IFRS 16 - Arrendamentos	01/01/2022

31/12/2021	31/12/2020			
5. Caixa e equivalentes de caixa				
Bancos	172 212			
Aplicações financeiras (Nota explicativa nº 17)	2.077 5.212			
	<b>2.249 5.424</b>			
Em 31 de dezembro de 2021 e de 2020, as aplicações financeiras referem-se a títulos de renda fixa sujeitas a um insignificante risco de mudança de valor.				
31/12/2021	31/12/2020			
6. Outras contas a receber				
Adiantamentos (salários e férias)	8 3			
	<b>8 3</b>			
31/12/2021	31/12/2020			
7. Tributos a recuperar				
Imposto de renda retido na fonte - IRPJ sobre aplicações financeiras	47 30			
Imposto de renda pessoa jurídica - IRPJ e Contribuição social sobre o lucro líquido - CSLL recolhido por estimativa	- 125			
Impostos a compensar	198 73			
	<b>245 228</b>			
8. Imobilizado				
Descrição	Taxas anuais de depreciação (%)	Custo depreciado	2021	2020
Instalações	10%	229	(87)	142 165
Computadores e periféricos	20%	81	(63)	18 30
Móveis e utensílios administrativos	10%	118	(56)	62 74
Equipamentos de comunicação	10%	14	(7)	7 8
		<b>442</b>	<b>(213)</b>	<b>229 277</b>
31/12/2021	31/12/2020	Adições	2021	2021
Depreciação acumulada				
Instalações	(64)	(23)	(87)	
Computadores e periféricos	(51)	(12)	(63)	
Móveis e utensílios administrativos	(44)	(12)	(56)	
Equipamentos de comunicação	(6)	(1)	(7)	
	<b>(165)</b>	<b>(48)</b>	<b>(213)</b>	

A movimentação do ativo imobilizado está detalhada a seguir.

**9. Intangível:** Referem-se a investimentos no montante de R\$1 (R\$2 em 2020) com taxa de amortização anual de 20%, decorrente do desenvolvimento de software para operações de securitização.

**10. Direitos de uso em arrendamentos**

**Adoção inicial em 01 de janeiro de 2020**

(-) Amortização ..... (407)

(+) Reajuste de aluguel ..... 622

**Saldo em 31 de dezembro de 2020** ..... 215

(-) Desconto de aluguel ..... (43)

(-) Amortização ..... (326)

**Saldo em 31 de dezembro de 2021** ..... 253

O direito de uso em arrendamentos da Companhia se refere ao contrato de aluguel de sua sede, localizada na Avenida Paulista nº 1.728, cuja contratação foi de 60 meses, restando em sua adoção inicial 30 meses de contrato e 6 meses ao término do exercício findo em 31 de dezembro de 2021, podendo a Administração optar ou não por permanecer no imóvel, desta forma, optou-se por não reconhecer contabilmente atualização do valor presente.

**11. Arrendamentos a pagar**

31/12/2021	Atualizações	Pagamentos	31/12/2020
Contrato de aluguel	643 (43)	(333)	267
Ajuste a valor presente (AVP)	(21)	7	(14)
	<b>622 (36)</b>	<b>(333)</b>	<b>253</b>
31/12/2021	Atualizações	Pagamentos	31/12/2020
Contrato de aluguel	938 112	(407)	643
Ajuste a valor presente (AVP)	(22)	1	(21)
	<b>916 113</b>	<b>(407)</b>	<b>622</b>
		<b>31/12/2021</b>	<b>31/12/2020</b>
Circulante		253	419
Não circulante		-	203

O passivo de arrendamento se refere ao contrato de aluguel descrito na Nota Explicativa nº 10, ajustado a valor presente a uma taxa de 12% a.a.

**12. Contas a pagar**

31/12/2021	31/12/2020
Recebimentos Catip (a)	140 139
Adiantamento de receitas (b)	803 1.877
	<b>943 2.016</b>

(a) Referem-se aos recebimentos originados pela liquidação da Catip que são transferidos para os patrimônios separados no mês subsequente. (b) Referem-se às receitas de gestão, transferidas para a Securitizadora, que são apropriadas em receitas mensais.

2021	2020
Lucro líquido do exercício	4.785 2.756
Outros resultados abrangentes	- -
<b>Resultado abrangente do exercício</b>	<b>4.785 2.756</b>

### Demonstrações das mutações do patrimônio líquido exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e de 2020 (Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

Notas	Capital social	Reserva de dividendos a distribuir	Reserva de lucros	Lucro líquido do exercício	Total
Saldos em 31 de dezembro de 2019	827	165	6.357	-	7.349
Lucro líquido do exercício	-	-	-	2.756	2.756
Constituição de reservas	15.2.2	-	-	(2.756)	-
Distribuição de dividendos propostos	15.2.3	-	(6.357)	-	(6.357)
<b>Saldos em 31 de dezembro de 2020</b>	<b>827</b>	<b>165</b>	<b>2.756</b>	<b>-</b>	<b>3.748</b>
Lucro líquido do exercício	-	-	-	4.785	4.785
Constituição de reservas	15.2.2	-	-	(4.785)	(4.785)
Distribuição de dividendos propostos	15.2.3	-	-	(7.096)	(7.096)
<b>Saldos em 31 de dezembro de 2021</b>	<b>827</b>	<b>165</b>	<b>445</b>	<b>-</b>	<b>1.437</b>

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

### 13. Obrigações tributárias

	31/12/2021	31/12/2020
Imposto sobre serviços - ISS a recolher	45	6
Programa de integração social - PIS e Contribuição para o financiamento da seguridade social - COFINS a recolher	43	6
Outros impostos a recolher	6	3
Imposto de renda pessoa jurídica - IRPJ e Contribuição social sobre o lucro líquido - CSLL sobre lucros	102	196
	<b>196</b>	<b>15</b>

### 14. Pessoal, encargos e benefícios sociais

	31/12/2021	31/12/2020
Provisão de férias e 13º salário	55	84
Instituto nacional do seguro social - INSS a recolher	48	35
Fundo de garantia do tempo de serviço - FGTS a recolher	8	5
Imposto de renda retido na fonte - IRRF sobre salários a recolher	42	31
	<b>153</b>	<b>155</b>

**15. Patrimônio líquido: 15.1. Capital social:** Em 31 de dezembro de 2021 e de 2020, o capital social da Companhia é de R\$ 827, totalmente subscrito e integralizado, dividido em 828.755 ações ordinárias (827.756 ações em 2020), sem valor nominal. **15.2. Reserva lucros: 15.2.1. Reserva legal:** A reserva legal foi constituída até o limite de 20% do capital social, sendo R\$ 165 em 31 de dezembro de 2021 e de 2020. **15.2.2. Reserva de dividendos a distribuir:** Em 31 de dezembro de 2021 e de 2020 o lucro líquido do exercício foi destinado a reserva de dividendos a distribuir. **15.2.3. Dividendos propostos:** Durante o exercício de 2021 ocorreu o pagamento dos dividendos propostos nos montantes de R\$ 2.756, efetuado em 05 de fevereiro de 2021 referente aos lucros auferidos no exercício de 2020 (R\$ 6.357, efetuado em 13 de fevereiro de 2020 referente aos lucros auferidos no exercício de 2019). **16. Instrumentos financeiros:** A Companhia participa de operações envolvendo instrumentos financeiros, todas registradas em contas patrimoniais do balanço fiduciário, que se destinam a atender às suas necessidades, bem como reduzir a exposição de riscos e de taxas de juros:

	31/12/2021	31/12/2020
Ativos a valor justo com (ganhos/perdas) reconhecidos no resultado		
Ativos financeiros		
Aplicações financeiras (Nota Explicativa nº 5)	2.077	5.212